CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/Agência Brasil

Compromissos dos dois lados travam Motta

Hugo Motta e seus dois maridos

Depois de toda a confusão da semana passada, com a invasão do plenário, as representações contra os líderes dos movimentos e história de um acordo para a votação dos projetos de anistia do 8 de janeiro e de mudança no foro privilegiado, esperava-se que uma pauta mais robusta saísse da reunião de líderes nesta terça-feira (12). Pelo menos para que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), demonstrasse um retorno ao normal. Não saiu. Da pauta que foi divulgada à tarde, talvez o projeto mais "importante" seja o que batiza um viaduto na cidade de Aparecida (SP) com o nome do falecido papa Francisco. Ainda que a pauta seja sujeita a alterações, o prenúncio é de mais uma semana de votações irrelevantes.

Autoridade

E, então, o que já se questiona no Congresso é o quanto o episódio da semana passada poderá ter comprometido a autoridade de Hugo Motta. Ele recuperou o controle da Mesa Diretora após um acordo com a oposição de direita que não foi conduzido por ele.

Dificuldades

E que ele pode ter dificuldades de cumprir. Como também terá dificuldades em cumprir sua determinação de punir com suspensão os líderes do motim da semana passada. Como Dona Flor, a célebre personagem de Jorge Amado, Motta tem dois maridos.

Lula Marques/Agência Brasil

Alcolumbre recuperou Senado com menos pressão

Motta fez compromissos à esquerda e à direita

No famoso romance de Jorge Amado, Dona Flor tinha um marido libertino e outro conservador. Para se eleger presidente da Câmara, Hugo Motta fez compromissos de casamento tanto quando a esquerda ligada ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto com a direita bolsonarista. Essa direita cobra de Motta que vote o projeto de anistia pelo 8 de janeiro. E o governo segura essa possibilidade. À medida que a situação política se radicaliza com a proximidade do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, a pressão sobre Motta se intensifica. E sua solução, muitas vezes, acaba sendo adiar as pautas para depois.

Suspensões

Motta encaminhou na semana passada as representações contra 14 deputados que comandaram o motim da semana passada para o corregedor da Câmara, Diego Coronel (PSD-BA). Se isso, porém, significará mesmo a suspensão dos mandatos é coisa a se ver.

Alcolumbre

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), não fez movimento semelhante no sentido de punir os amotinados. Por outro lado, recuperou o plenário sem se desgastar. Se nada acontecer com nenhum dos deputados representados, é Motta quem se desgasta.

Respostas

Se Motta demorar em dar respostas aos temas que estão à espera na fila da Câmara, há a possibilidade de novas pressões parecidas com as da semana passada. Seja quanto à anistia e ao foro, seja sobre o que fazer com Eduardo Bolsonaro e outros temas.

Guimarães

Na semana que vem, o líder do Governo na Câmara, José Guimarães (CE), deve retornar da cirurgia cardíaca a que se submeteu. As informações são de que correu tudo bem. Guimarães retorna com o coração renovado para novas emoções na Câmara dos Deputados.

Anistia e fim do Foro Privilegiado fora da pauta

Deputados são notificados pela Corregedoria da Câmara

Por Gabriela Gallo

José Cruz/Agência Brasil

Decisão sobre deputados que invadiram plenário somente em até 45 dias

Na reunião de líderes da Câmara dos Deputados nesta terça-feira (12), o presidente da Casa Hugo Motta (Republicanos-PB) decidiu não pautar nesta semana o projeto de lei que concede anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, tampouco a Proposta de Emenda à Constituição que determina o fim do foro por prerrogativa de função, conhecido como foro privilegiado (PEC 333/2017).

Ambos os projetos eram exigências de parlamentares da oposição durante os dois dias intensos de obstruções aos trabalhos do Congresso, quando congressistas ocuparam as Mesas Diretoras de ambas as Casas, impedindo o retorno das atividades Legislativas.

De acordo com o presidente da Câmara, as pautas consideradas prioritárias na Câmara são: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que institui o Sistema Único da Segurança Pública; o Plano Nacional de Educação (PNE), que aprovado passará a atuar nos próximos dez anos; a reforma administrativa; o projeto que isenta o pagamento do imposto de renda para quem ganha até R$ 5 mil mensais; a regulamentação da inteligência Artificial (IA); a regulamentação dos trabalhos por aplicativos, como motoristas de aplicativos; e o combate às fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Do outro lado do Congresso, a expectativa é que uma das prioridades do Senado seja a aprovação do segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024).

"Essas pautas serão priorizadas ao lado de tantas outras que esta presidência entende serem prioridades para o país, bem com prioridades que serão trazidas pelas lideranças partidárias no fórum adequado que é o colegio de líderes dessa Casa. Avançaremos sempre com muito diálogo e equilíbrio. O Brasil não pode parar", declarou Motta ao abrir a Ordem do Dia no plenário da Casa nesta terça.

Oposição

O líder da oposição na Câmara, deputado Luciano Zucco (PL-RS), amenizou a situação, alegando que os projetos não foram pautados nesta semana para "melhorar o texto" da PEC do fim do foro e, assim, buscar pautá-la na próxima reunião de líderes da Casa, nesta quinta-feira (14), ou na próxima semana.

"A PEC do Foro será pautada sim, esperamos que entre em votação até a semana que vem. E então, posteriormente, vamos tratar da anistia", disse Zucco em entrevista para o jornal da Oeste. Questionado, ele disse que a oposição avalia que é possível a Câmara discutir sobre a adultização de crianças e adolescentes – tema que ganhou bastante repercussão no Congresso nesta semana – sem perder o foco dos projetos de interesse da oposição.

Além disso, o Partido Liberal realizará novas obstruções no plenário da Câmara, quando o partido não concordar com as respectivas pautas, até Hugo Motta pautar as pautas de interesse da oposição.

Suspensões

Nesta quarta-feira (13), a Corregedoria da Câmara dos Deputados notificará os 14 deputados federais que foram denunciados por terem cometidos supostos excessos durante as obstruções no plenário da Câmara. Os parlamentares terão cinco dias úteis para encaminharem suas defesas, ou seja, até próxima quarta-feira (20) para se defenderem para a Corregedoria.

Após as obstruções no Congresso, lideranças da Câmara encaminharam à Mesa Diretora da Casa denúncias para um total de 14 parlamentares da oposição. O presidente Hugo Motta solicitou, na sexta-feira (8), esclarecimentos para a Corregedoria da Câmara, que segue o rito do Ato da Mesa 37/2009. A Corregedoria tem um prazo total de 45 dias, contar desde segunda-feira (11) quando recebeu o pedido de Motta. A defesa dos congressistas denunciados está inclusa dentre desse prazo de 45 dias.

Ao analisar individualmente todos os 14 casos, a Corregedoria encaminhará sua análise para a Mesa Diretora da Casa comunicando se avaliou necessário encaminhar a denúncia para análise no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados – mas a decisão final é da presidência da Casa, com base na análise da Corregedoria. Uma vez no Conselho de Ética, cada caso terá um relator sorteado para analisar a denúncia contra o parlamentar. Os membros terão até três dias úteis para votar cada pedido e decidir se aceitarão ou negarão a suspensão do mandato, ou até se aplicarão uma terceira penalidade contra o deputado denunciado.

"Como corregedor, vou apurar com total imparcialidade os fatos sobre a ocupação do plenário, seguindo o rito do Ato da Mesa 37/2009. Todos serão notificados e terão direito à defesa, porque aqui na Câmara o contraditório é respeitado. Já pedi as provas necessárias para identificar condutas e responsabilidades, garantindo um processo justo e transparente. Cada caso será analisado e decidido com celeridade, dando a resposta a gravidade que o momento exige", manifestou o corregedor da Câmara, deputado Diego Coronel (PSD-BA), por meio de suas redes sociais na noite desta terça.

Projeto que amplia isenção do IR somente em dezembro

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Lira avalia que aprovação em dezembro não trará prejuízo

Apesar de ter sido anunciada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), como uma das prioridades da Casa, a votação do Projeto de Lei (PL) nº 1087/2025, que isenta o pagamento do imposto de renda (IR) para quem ganha até R$ 5 mil mensais deve ficar somente para dezembro. A informação foi comunicada à imprensa nesta terça-feira (12) pelo ex-presidente da Câmara e relator da medida, deputado Arthur Lira (PP-AL). Além da isenção total, o projeto ainda determina isenção parcial do pagamento do IR para quem ganha entre R$ 5.001 e R$ 7.350 mensais.

Promessa de campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o governo federal tem interesse em implementar a isenção do imposto de renda para quem ganha até R$ 5 mil já no ano que vem.

Questionado por jornalistas após um encontro na Frente Parlamentar de Empreendedorismo (FPE), Arthur Lira esclareceu que, como o projeto não propõe uma alteração na Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) – tributo federal cobrado sobre o lucro líquido da empresa –, o prazo para analisar a medida até dezembro não prejudica a tramitação do projeto. Caso a medida alterasse sobre o lucro líquido, ele teria que ser definido até setembro.

"O Congresso teve habilidade para votar a reforma tributária do consumo e eu não tenho dúvida de que terá habilidade para se encontrar uma forma de fazer justiça tributária para quem ganha até R$ 5 mil. É inevitável que esse assunto seja aprovado e, se a gente não discutir de forma mais uníssona a compensação, nós vamos ter um projeto que pode ser modificado substancialmente nos plenários das Casas", reiterou Lira.

O PL 1087/2025 foi aprovado em julho, pouco antes do recesso parlamentar, na comissão especial da Câmara para tratar do tema. O tema segue para votação no plenário da Casa e agora dependo do aval da reunião de líderes da Câmara, tal como de Hugo Motta.

Questionado sobre a alternativa de taxar apostas Bets para compensar a desoneração do setor produtivo, o relator da medida destacou que ainda é cedo para definir se proposta será acatada ao texto ou não.

"Vão ter muitas propostas [para o texto]. Temos uma preocupação, e já colocamos essa preocupação tanto para o presidente do Banco Central [Gabriel Galípolo] como para o Ministério da Fazenda. Tivemos a informação que 50% das Bets estão funcionando irregularmente, sem pagar imposto. Então se só essa metade pagasse imposto, e tivesse algum rigor nesses meios de pagamento para coibir essas irregularidades, dobraria essa arrecadação. Então o Brasil tem muitos detalhes, nós temos que ter os números adequados para podermos nos posicionar", reiterou Lira.

O projeto

Para compensar a perda arrecadatória com a ampliação da isenção do Imposto de Renda, caso o texto não seja alterado, o projeto implementará uma taxação progressiva aos chamados super-ricos. A taxação começará para aqueles que ganham R$ 600 mil por ano (R$ 50 mil por mês) e finalizará em uma taxação de 10% para quem tem uma renda anual a partir de R$ 1,2 milhão. O próprio Lira admitiu que "o principal problema é a forma de compensação" e avalia que o texto tenham uma série de emendas para ser analisadas.

O relator também isentou a alíquota mínima do IR para fundos soberanos e remessas a entidades no exterior que administrem benefícios previdenciários.